

A DITADURA CIVIL-MILITAR EM SERGIPE: O QUE NOS FALAM OS JORNAIS? (1968-1978)

THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN SERGIPE: WHAT DO NEWSPAPERS SAY? (1968-1978)

Mayra Ferreira Barreto

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil. E-mail: mayra.barreto@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3242-513X>

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v1i2.18>

Recebido em: 20.10.2020

Aceito em: 02.12.2020

Resumo: A pesquisa apresenta reflexões a respeito da utilização de jornais sergipanos como fonte para o ensino de história nos anos finais do ensino fundamental, valorizando-os como potencial didático para a aprendizagem histórica, especialmente na abordagem de temáticas e/ou objetos do conhecimento (BNCC, 2019), relacionadas com o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O periódico escolhido foi a Gazeta de Sergipe, jornal que teve grande circulação na capital no período estudado, além de estar digitalizado e disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (Sibiufs), acessível no seguinte endereço: jornaisdesergipe.ufs.br/. Espera-se com o trabalho refletir sobre as representações a respeito da Ditadura Civil-Militar no Brasil e suas relações com o presente, além de compreender aspectos da produção do conhecimento historiográfico.

Palavras-chave: Ensino de História. Gazeta de Sergipe. Ditadura Civil-Militar.

Abstract: The research presents reflections on the use of Sergipe newspapers as a source for the teaching of history in the final years of elementary school, valuing them as a didactic potential for historical learning, especially in the approach of themes and / or objects of knowledge (BNCC, 2019), related to the period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil. The chosen journal was Gazeta de Sergipe, a newspaper that had great circulation in the capital during the period studied, in addition to being digitized and made available by the Library System of the Federal University of Sergipe (Sibiufs), accessible at the following address: jornaisdesergipe.ufs.br/. The work is expected to reflect on the representations re-garding the Civil-Military Dictatorship in Brazil and its relations with the present, in addition to understanding aspects of the production of historiographic knowledge.

Keywords: History teaching. Sergipe Gazette. Civil-Military Dictatorship.

1 Introdução

A pesquisa apresenta proposta de utilização de fontes jornalísticas como recurso didático para o ensino de história, especialmente nas abordagens de temáticas relacionadas ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para a realização deste trabalho foram selecionadas edições do jornal Gazeta de Sergipe entre os anos de 1968 e 1978. A escolha do recorte temporal



decorre do interesse em trabalhar com as representações do periódico adotado a respeito dos “anos de chumbo” e o chamado “milagre econômico”.

As edições da *Gazeta de Sergipe* encontram-se digitalizadas e disponíveis para pesquisa no endereço eletrônico <http://jornaisdesergipe.ufs.br>. Neste *site*, o professor pode encontrar vários exemplares de jornais do estado de Sergipe entre os séculos XIX e XX. Esta iniciativa faz parte de uma parceria entre o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (Sibiufs). No acervo *on-line* é possível fazer a pesquisa pelo título ou pela data de publicação do jornal, que facilita bastante a tarefa do historiador e do professor, na medida em que amplia as possibilidades de uso desta fonte em sala de aula. Assim, o professor pode acessar o *site* para baixar o conteúdo, imprimir e incentivar a pesquisa por parte dos estudantes.

Durante o regime militar, a *Gazeta de Sergipe* foi um veículo de grande circulação e que exerceu influência na capital sergipana, pois era um periódico publicado diariamente e um dos poucos jornais que continuou circulando depois do golpe de março de 1964, sendo este um dos motivos que levaram à escolha do jornal como objeto de estudo. A pesquisa tem como objetivo discutir questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História; contribuir para a valorização das questões históricas locais relacionadas à temática nacional; e entender de que maneira a *Gazeta de Sergipe* retratava a Ditadura Civil-Militar para a sociedade sergipana.

Para compreender o posicionamento do jornal sobre o regime militar, foram analisadas todas as edições entre os anos de 1968 e 1978. Além dos editoriais, foram analisados os artigos, as reportagens, as entrevistas, as manchetes e os anúncios. As fontes selecionadas vieram a ser posteriormente catalogadas e organizadas em quatro eixos temáticos, assim divididos: “Propagação do ideário da ‘Revolução de 1964’ ao povo sergipano”; “Resistências à Ditadura”; “Os Atos Institucionais do Regime Militar” e “Em nome do Desenvolvimento Econômico”.

Diante do exposto, partiremos do seguinte questionamento: Quais as possibilidades da utilização das fontes coletadas em jornais sergipanos para a aprendizagem de temáticas relacionadas com a Ditadura Civil-Militar? Além do uso das fontes, que permitem ao aluno compreender como ocorre a construção do conhecimento histórico, a pesquisa também tem como motivação ampliar o debate sobre a Ditadura Civil-Militar na sala de aula, sendo esta temática uma demanda do nosso presente.

A temática é considerada um “tema sensível”, porque “[...] designa assuntos de um passado problemático [...]” (ARAUJO, 2013, p. 9), levando em conta que a ditadura foi um período de grandes violações dos direitos humanos e dos valores democráticos. Mesmo com os avanços em pesquisas acadêmicas apontando que o regime militar foi um período de repressão, sofrimentos e retrocessos, não há ainda, no país, um consenso do que foi esse período e o que ele representou para a sociedade brasileira.

Além disso, percebemos a existência de uma parcela conservadora da população que defende o retorno da ditadura como solução para os problemas sociais, políticos e econômicos do país. O que falar da reedição da “Marcha da Família com Deus”¹ em 2014, na qual um grupo

1 Em março de 2014, manifestantes se reuniram em São Paulo, na Praça da República, para realizar uma nova versão da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O grupo queria relembrar a marcha anticomunista e de apoio ao golpe militar realizada há 50 anos em 19 de março de 1964. Os organizadores do evento pediram a intervenção militar para acabar com a

de pessoas saiu às ruas com cartazes em favor de uma intervenção militar para o combate da “corrupção” e dos “comunistas” no Brasil? E dos discursos defendidos por autoridades políticas que fazem referências ao período ditatorial de forma saudosista, exalta torturadores e defende a volta do Ato Institucional N° 5 (AI-5), maior instrumento de repressão da ditadura? São falas que atentam contra os preceitos da Constituição de 1988, portanto contra o estado democrático de direito.

Igualmente, uma série de discursos em defesa do autoritarismo é propagada nas redes sociais. Nelas encontramos um campo fértil para a divulgação de documentários e programas, sem referências confiáveis, com argumentos distorcidos, falsos e com armadilhas ideológicas. Logo, atrai o público mais jovem que, por não ter vivenciado o período, acaba construindo uma visão idealizada de que no “tempo da ditadura era melhor”, não existia corrupção, violência e crise econômica, quando, no Brasil, vivia-se um clima de estabilidade política e social, segurança, desenvolvimento econômico, justiça e ordem.

Na dissertação de mestrado intitulada *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor*, a autora Licia Quinan faz uma análise do que os alunos de duas escolas do Ensino Médio pensam sobre o período ditatorial. Ao longo da pesquisa², a autora concluiu que:

[...] há um apoio parcial dos jovens à ditadura, um estabelecimento de fatores “positivos” e fatores “negativos”. Essa visão parece se basear na ideia que fazem de que muitos problemas da atualidade não existiam e que isso pode ser atribuído a um maior controle da sociedade, que se materializava no autoritarismo. Em suma, apesar da perda de liberdades, havia um controle daquilo que eles enxergam como “problemas sociais” (QUINAN, 2016, p. 54).

O trabalho de Licia Quinan nos ajuda a perceber que muitos jovens “constroem uma memória do período de governo autoritário baseados nas demandas do presente” (QUINAN, 2016, p. 50) e “tende-se a valorizar o controle social autoritário, presente na ditadura, como forma de organizar a sociedade” (QUINAN, 2016, p. 56).

Sabemos que a sala de aula não é o único espaço de conhecimentos históricos dos alunos, eles constroem sua aprendizagem por diversos meios, a exemplo da comunidade, familiares, filmes, novelas e principalmente com os meios de comunicação. Em muitos casos, as mídias acabam propagando uma visão distorcida do que foi o regime militar. Para Peres (2014, p. 70), “[...] tal visão tende a se consolidar em situação de contradição nacional, seja quando nos deparamos com os índices de corrupção dos nossos governos democráticos, seja quando analisamos os números da violência urbana em nossas grandes cidades”. Por isso, precisamos trazer este debate para a escola, trabalhar as memórias que foram deixadas pela ditadura militar. De acordo com Chiozzini, Mesquita e Tuma (2007):

[...] estamos, cotidianamente, inseridos em realidades que nos conduzem a lapsos de memória que parecem fazer parte da própria fragmentação da vida contemporânea. Uma realidade na qual as experiências já não são contadas,

ameaça comunista no Brasil (representada pelo PT) e a corrupção, com a finalidade de moralizar o país. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acesso em 16/12/2019.

2 A pesquisa foi realizada em maio de 2016 com alunos entre quinze e dezessete anos cursando o Ensino Médio das redes pública e privada de ensino do município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. A autora utilizou como metodologia de coleta de fontes a história oral, com o objetivo de compreender como as memórias do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil foram e têm sido construídas e de que forma são apropriadas pelos jovens estudantes.

recontadas... São esquecidas como se só o novo fosse essencial para a projeção de futuras práticas sociais. Notícias nos chegam fragmentadas. A amnésia coletiva, paulatinamente, concretiza-se com a implantação de simbologias, fantasmagorias soltas e autônomas na falta da relação com o passado (CHIOZZINI; MESQUITA; TUMA, 2007, p. 104).

Uma maneira de desconstruir as memórias é apresentando aos alunos que o que as mídias nos mostram não é a realidade dos fatos, mas representações, já que esses podem ser deturpados e marcados por ideologias de quem as escreve.

De acordo com Silva (2009, p. 28), “[...] durante a ditadura, o regime utilizou-se dos meios de comunicação para se auto-propagar [...]”. Por isso, a importância do professor em problematizar e desconstruir essas memórias: “[...] é preciso superar, no plano do conhecimento, os argumentos que amenizam a experiência da ditadura. Ao mesmo tempo em que são mitos sobre o regime, são também reafirmações da memória que ele quis deixar de si mesmo [...]” (SILVA, 2009, p. 28). Para que, desta forma, os jovens estudantes que não viveram aquela época possam se posicionar sobre as práticas desse regime repressor e violento.

Além da propagação de uma memória distorcida da ditadura militar, alguns fatores contribuem para o esquecimento do que foi a ditadura no Brasil. Podemos citar as resistências por parte das autoridades políticas na abertura dos arquivos repressivos do regime. Tendo em vista que muitos deles são negados, o que provoca desconhecimento da sociedade brasileira aos inúmeros atos de violência praticados pelos militares. Sobre os arquivos não acessíveis, de acordo com Gasparotto e Padrós (2010, p. 194), isto se “[...] relaciona a uma ação institucional de esquecimento organizado e induzido, ou seja, de políticas estatais oficiais que impõem a desmemória ‘de cima para baixo’ [...]”. Esta prática, segundo os autores, “[...] é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum” (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, p. 195).

Outro exemplo do esquecimento organizado no Brasil é a Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, no governo de João Batista Figueiredo, ainda durante o regime militar. Essa lei foi resultado de um esforço dos agentes da ditadura para que os crimes e as graves violações dos direitos humanos cometidos por eles fossem “esquecidos” e “perdoados”. Por isso, ela acabou assegurando a impunidade, já que os torturadores e agentes do estado até hoje não foram julgados e punidos pelos crimes cometidos entre 1964 e 1985. No Brasil, a Lei da Anistia acabou impedindo a justiça e a reparação às vítimas e aos seus familiares das atrocidades sofridas durante a ditadura. A falta de conhecimento, pela população, das prisões ilegais, dos assassinatos, das torturas e desaparecimentos provoca a ausência de uma memória coletiva, garantindo assim o apoio ou a indiferença de várias pessoas que insistem em defender o regime.

Nos últimos anos, o Brasil avançou bastante na reparação das vítimas da ditadura militar, um exemplo é a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012, no governo de Dilma Rousseff. A CNV teve um papel importante nas investigações das violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1964 e 1985, constituindo um importante documento para resgatar a memória da repressão em uma sociedade marcada pelo esquecimento. Entretanto, é preciso mais ações em resgate às vítimas das arbitrariedades dos militares. O ensino de história tem este papel de ampliar “[...] a consciência dos jovens por meio de um trabalho de reflexão e de reconstrução da experiência humana [...]” (GUIMARÃES, 2013, p. 52). Desta forma, a nossa função como

professor (a) de história na situação do Brasil atual é possibilitar a formação crítica do aluno a respeito de práticas autoritárias, para que sempre atuem em defesa aos direitos humanos e da democracia acima de quaisquer circunstâncias. Consoante afirma Silva (2018, p. 81) “[...] se as reflexões não ocorrerem, as possibilidades de pequenas (terríveis) ditaduras se manterem sob disfarce democrático serão muito grandes [...]”.

A temática Ditadura Civil-Militar também está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998) e na versão homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2019). Nesses documentos, a temática apresenta-se como conteúdo obrigatório a ser desenvolvido no 9º ano do ensino fundamental. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História de 1998, o tema aparece como História do Brasil Contemporâneo e faz parte do eixo temático “História das representações e das relações de poder”, no subitem “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo” (PCNs, 1998, p. 63). O documento destaca como objetivo do estudo do tema a possibilidade de “[...] sensibilizar os estudantes para os estudos do passado e suas relações com questões atuais [...]” (PCNs, 1998, p. 68).

Para alcançar os objetivos almejados da pesquisa, a opção foi por um estudo de caráter qualitativo, tendo como instrumentos de coleta de dados: o uso de referências bibliográficas, matérias jornalísticas selecionadas, além da leitura de artigos, dissertações e teses. Para a discussão sobre o ensino e Ditadura Civil- Militar foram utilizados as obras de Marcos Silva (2016), Gasparotto e Padrós, (2010) e Marcos Vinicius Peres (2014). E as pesquisas de Nadine Habert (2001), Maria José de Rezende (2013), Maria Paula Araujo (2013), Maria Aparecida de Aquino (1999) e Alzira Alves de Abreu (2002), para a compreensão da ditadura militar, imprensa e censura nesse período.

2 Propagação do ideário da “Revolução de 1964” ao povo brasileiro

No jornal *Gazeta de Sergipe* eram constantes as matérias publicadas em favor da “Revolução de 64”, assim intitulada pelos militares, como forma de justificar as suas ações antidemocráticas. Podemos identificar no jornal várias edições propagando a “Revolução de 64” como “garantia de segurança econômica e da verdadeira democracia”, no “combate ao comunismo e a corrupção”, e por fim, exaltando os “militares como heróis nacionais” (GAZETA DE SERGIPE, 1968 a 1970).

Na *Gazeta de Sergipe*, encontramos, seja em reproduções de fala de políticos ou nos editoriais, afirmações de que a “Revolução de 64” garantiu “um clima de prosperidade política, econômica e social no Brasil”, e foi responsável em “libertar o seu povo da miséria, da fome, e do analfabetismo”. Além de prover “um clima de segurança a grande família brasileira em torno dos negócios e investimentos”, por “assegurar emprego aos trabalhadores” e “oportunidades de estudos a juventude” (GAZETA DE SERGIPE, 1969). Essas afirmações de que a “Revolução de 64” permitiu a tranquilidade social e econômica e o desenvolvimento do país colocavam a ditadura militar como expressão máxima dos desejos e anseios da maioria dos brasileiros. No jornal, percebemos também um esforço em propagar que o governo instaurado pelos militares era “democrático” e os seus atos representavam “mudança”, “renovação” em todas as esferas brasileiras.

Em discurso publicado no dia 12/12/65 pelo periódico, o presidente Castelo Branco afirma que a “revolução” “[...] veio assegurar o país à boa prática das instituições democráticas” (GAZETA DE SERGIPE, 12/12/65). Em outra matéria, o jornal aponta que o “[...] processo revolucionário introduz medidas progressivas que objetiva a democracia efetiva e verdadeira” (GAZETA DE SERGIPE, 09/08/69).

Desta forma, disfarçando-se de “verdadeira democracia”, mas sendo na prática o seu maior transgressor, a ditadura impedia e excluía a participação da população da esfera política e social.

Outro fator utilizado pelo regime para se legitimar era apresentar as medidas do governo como uma reação à propalada propagação do comunismo. Conforme Rezende (2013, p. 55), “[...] havia um enorme empenho no sentido de mostrar para a população que o comunismo sintetizava tudo o que poderia ser entendido por antinacional, antidemocrático, antiesperança, antifamília, etc.”. Desta maneira, o comunismo era considerado o inimigo real da “Revolução de 64”, contra o qual ela estaria lutando e para “acabar com esse mal” era necessária a adesão de toda a população brasileira.

A propagação do “medo comunista” e das ideias anticomunistas era muito comum nos meios de comunicação, na *Gazeta de Sergipe* não era diferente. Frases como “[...] a revolução vai livrar o Brasil do comunismo [...]” eram bastante divulgadas no periódico. Pode ser citada como exemplo a matéria publicada em 01/04/70 que relata um discurso do General José Graciliano Nascimento para o curso de formação de oficiais de Polícia Militar de Sergipe. De acordo com o relato podemos perceber que o general alerta aos alunos o “perigo do comunismo”, apresentando as técnicas das quais os “comunistas” utilizavam para conquistar mentes por meio das propagandas “subversivas”. Ao final da matéria ele adverte aos soldados os “perigos” dessa doutrina que, segundo ele, tinha como objetivo “dominar o país” (GAZETA DE SERGIPE, 01/04/70).

Figura 1 - Discurso do General José Graciliano Nascimento para o curso de formação de oficiais de Polícia Militar de Sergipe (1970)



As campanhas feitas pelos militares em torno do “medo comunista” e a desmoralização aos ideais comunistas serviam ao seu projeto de legitimidade e conquista de apoio da população. Na maioria dos casos os militares taxavam de comunistas todas as instituições e categorias (operários, estudantes, organizações de esquerda e professores) que representassem alguma ameaça ao seu projeto, com o objetivo de neutralizar suas ações e imprimir uma violenta repressão. É possível perceber em alguns discursos da *Gazeta de Sergipe* que os militares até reconhecem que em determinadas situações agem “com medidas extremas”, porém defendem que são necessárias para “deter a escalada subversiva no país” (GAZETA DE SERGIPE, 1969).

Outra propaganda utilizada para promover a “Revolução de 64” foi o discurso contra a corrupção, em que os militares estavam dispostos a “extirpar esse mal do Brasil”. O jornal *Gazeta de Sergipe* foi um grande propagador da “Revolução de 64”, vista como responsável por eliminar a corrupção no Brasil. Frases como “a persistência e obstinação das forças militares que não se sensibilizam diante da marotagem dos corruptos” (GAZETA DE SERGIPE, 03/05/69) eram propagadas à população sergipana.

Também é possível encontrar o projeto de criar uma memória nacional mediante o culto a “heróis nacionais” do passado e sua relação com a imagem dos militares. Em relação a isso, identificamos várias matérias exaltando figuras como Tiradentes, D. Pedro I, José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, D. João VI e o Duque de Caxias. O último era apresentado como “patrono do exército brasileiro”, “um exemplo de dedicação e amor à pátria” (GAZETA DE SERGIPE, 1970).

Igualmente, com o objetivo de inculcar uma imagem positiva a respeito dos militares na sociedade brasileira, principalmente entre os jovens, inúmeras homenagens eram feitas pelo jornal aos soldados que aparecem como “heróis” e “protetores da pátria”, ou como aqueles que são chamados para “livrar o país dos males que o atacam” e que por isso são “defensores das liberdades democráticas” (GAZETA DE SERGIPE, 1970). Não obstante, a partir das propagandas em torno dos militares como garantidores da paz, ordem e da segurança, tentava-se amenizar os impactos das suas ações ditatoriais, buscando reconhecimento do povo brasileiro.

3 Os Atos Institucionais na Ditadura

Os Atos Institucionais foram instrumentos criados pelo regime militar para a manutenção no poder e eram lançados com o objetivo de reprimir e punir os opositores do regime. Na ditadura militar, o Ato Institucional mais repressor foi o AI-5, passando a vigorar a partir de 13 de dezembro de 1968, no governo do General Arthur da Costa e Silva.

O AI-5 representou a negação de qualquer liberdade democrática, legitimou a tortura, as prisões arbitrárias e ilegais, assassinatos e sequestros e instituiu o medo. Por meio dele, vários direitos e/ou garantias constitucionais foram suspensos, a exemplo do *habeas corpus*. Além disso, o Executivo foi dotado de amplos poderes, o que garantiu ao general-presidente fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos de opositores políticos, confiscar bens, e estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação (HABERT, 2001, p. 10). O AI-5 deixou várias sequelas na sociedade, retirando o direito de expressão, de manifestação e violando vários outros direitos fundamentais às liberdades do povo brasileiro.

No regime militar foram utilizadas várias estratégias para justificar este e outros atos

impostos à população com a finalidade de buscar a sua aceitação, evitando manifestações contrárias. Eles eram representados e mantidos como necessários para a manutenção da “ordem”, “segurança”, “democracia”, a “moral e aos bons costumes” e a para a preservação e defesa da própria “Revolução de 64”. Até os casos de torturas, segundo Médici, eram justificados para obter confissões e evitar “um mal maior”. De acordo com Rezende (2013, p. 35), “[...] os condutores do regime partiam da perspectiva de que eles ganhariam adesão à sua proposta de organização se conseguissem uma opinião pública cada vez mais favorável a seus feitos e intenções”.

Em Sergipe, logo após a instauração do AI-5, o jornal *Gazeta de Sergipe* publica uma matéria, na primeira página, apresentando o discurso do Ministro da Justiça Gama e Silva, e aponta os reais motivos para a aprovação desse ato institucional. Segundo a fala do ministro, o AI-5 representava a “[...] defesa dos interesses superiores da nação e do povo brasileiro”. Continuando, Gama e Silva explica à população brasileira que estava sendo observada “[...] uma série de fatos atentatórios aos direitos individuais, a paz e a tranquilidade pública, ameaçando tais procedimentos as próprias garantias, que a Revolução reservou para o povo brasileiro” (GAZETA DE SERGIPE, 15/12/68).

Figura 2 – Editorial sobre as primeiras prisões efetuadas pela “Revolução de 1968”



Fonte: Gazeta de Sergipe, 18/01/69, p. 03.

Diante da declaração do ministro, podemos perceber que a ditadura justificou o AI-5 e todas as suas medidas de exceção, alimentando na sociedade o imaginário do medo, da insegurança, e da desordem; todo esse clima de intranquilidade era causado pelos “inimigos da nação brasileira”: o comunismo e a corrupção. Seguindo com a análise do jornal, identificamos vários editoriais em apoio ao AI-5, contribuindo para legitimar o ato perante a sociedade sergipana. Chamado de “Revolução de 68”, o periódico apresenta o AI-5 como “o meio legal para a punição dos ladrões, da corrupção, dos crimes de homicídio e de contravenções fiscais”, fazendo elogios à sua “ação saneadora”. Percebemos o esforço do jornal em apresentar o AI-5

como algo “popular” ou que merecia prestígio de vários setores da população brasileira, por seus “feitos” (GAZETA DE SERGIPE, 1969).

Neste sentido, podem ser citadas como exemplo afirmações do tipo: “Revolução de 68 eclodiu e ganhou todas as camadas sociais”; “o povo, com efeito, passou a sentir alegria, contentamento, confiança na Revolução de 1964” (GAZETA DE SERGIPE, 1969). A ideia era criar a impressão de que o país estava sendo “limpo”, “curado de todas as suas mazelas” e livre daquilo que representava um “empecilho” para o seu desenvolvimento. Infere-se, portanto, que as propagandas divulgadas na *Gazeta de Sergipe* eram utilizadas como “máscara” ocultando as ações negativas do governo com a aplicação desse ato repressor, negando qualquer possibilidade do povo à democracia e de participação dos indivíduos no cenário político.

3 Resistências à Ditadura Civil-Militar

Durante todo o regime militar foram muitos os brasileiros que lutaram e resistiram às mais severas medidas implantadas pelo governo. Sendo assim, os estudantes, as organizações de esquerda, os artistas, os operários e os setores da Igreja manifestaram-se das mais variadas formas em meio à forte repressão. Os militares viam subversão em tudo e não admitiam ser questionados ou criticados, quem desafiasse o regime sofria os mais duros atos de violências como a prisão, a tortura, os assassinatos, a clandestinidade e o exílio. Os movimentos estudantis eram declarados ilegais, as greves dos operários eram vistas como atentados à ordem nacional, os líderes dos trabalhadores tidos como esquerdistas eram perseguidos e os sindicatos desmantelados. Vivia-se, assim, um clima de medo e intranquilidade.

De acordo com Rezende (2013):

Aqueles que não aderiam ao regime militar eram considerados fora dos parâmetros democráticos³, portanto, expostos a todos os males que isto acarretava. A repressão e a violência contra o movimento operário, a desestruturação dos sindicatos, a limitação da lei de greve, etc., eram garantidas pelos atos institucionais; os quais eram apresentados como uma exigência da democracia que a ditadura estaria criando. (REZENDE, 2013, p. 83).

A prisão era o destino daqueles que pensavam e agiam politicamente diferente da ditadura militar, as pessoas eram detidas com uso de meios ilegais, os presos eram mantidos durante longos períodos em incomunicabilidade, as prisões se davam na forma de sequestros, sendo a integridade física e psíquica agredida com o uso de violências. Tudo isso causava sofrimentos também aos seus familiares que ficavam sem informações e, por isso, percorriam uma luta infundável em busca de notícias em estabelecimentos policiais. Esse sofrimento deixara marcas permanentes em todas as vítimas, como sequelas físicas e psicológicas.

Na prisão eram aplicadas as mais severas formas de torturas (física e psicológica), “[...]”

3 De acordo com o *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Ideias, Instituições e Personagens*, “a democracia não se confunde com uma tolerância indiferente a todas as ideias, visto que deve estar em afinidade com ela tudo que **preserve a autonomia** e a **dignidade do indivíduo**. Neste sentido, a **sua base é o diálogo** e não a violência; **a argumentação racional** e não a entrega acrítica a uma doutrina ou a entrega a um líder carismático; **a ação voluntária** e não a submissão fatalista às tradições ou às formas corporatistas e corporativas de representação; as ideias de **universalidade e de igualdade** e não o culto aos particularismos” (SILVA; MEDEIROS; VIANNA, 1999, p. 169).

Conforme o significado da palavra democracia apresentada e o de acordo com o que foi observado na pesquisa, podemos concluir que: a democracia defendida pelos militares foi o oposto ao conceito de democracia construído historicamente. Foi observado, que durante a ditadura ocorreu o desrespeito a Constituição, a supressão de direitos individuais, violência (institucionalização da tortura, assassinatos, censura e prisões) e transferência do poder Legislativo aos militares, além da exclusão da maioria do povo das decisões do governo.

sequestros, ameaças, interrogatórios infundáveis, dificuldade de comunicação com familiares e advogados, entre outras modalidades de desrespeito aos direitos humanos”. (ARAÚJO, 2013, p. 23). Com o campo de ação reduzido e com o endurecimento da repressão, parte da esquerda brasileira optou pela luta armada para enfrentar o regime, a exemplo das guerrilhas urbana e rural, mas que foram duramente reprimidas pelas forças militares. Com o objetivo de impedir e desarticular qualquer manifestação contrária ao regime militar, os meios de comunicações foram utilizados para construção de uma imagem negativa dos que iam de encontro às ações do governo, buscando eliminar qualquer discurso de oposição ao ideário de ordem social defendida pela ditadura.

Para compreender como a *Gazeta de Sergipe* apresentava à população sergipana os grupos de resistência ao regime, foram selecionadas matérias do movimento estudantil e da luta armada. Devido à censura, muitos jornais ficavam proibidos de noticiar as manifestações populares, mas é possível encontrarmos várias matérias que retratam a luta dos estudantes contra a ditadura e os atos de violências tomados pelos militares para conter as manifestações. Por meio do jornal, podemos acompanhar as passeatas estudantis em São Paulo e em diversas capitais brasileiras, assim como prisões de estudantes sergipanos que foram participar do XXX Congresso da União Nacional Estudantil (UNE).

Em relação às ações dos militares contra as manifestações dos estudantes, o periódico afirmava “[...] não achamos que possam nossas autoridades solucionar a grave série a crise universitária com o emprego da força, da violência, da simples repressão policial-militar” (GAZETA DE SERGIPE, 15/10/68). Identificamos no jornal certo apoio ao movimento estudantil, como apontado no editorial, publicado dia 09/10/68: “[...] as lutas estudantis são validas e merecem os respaldos devidos, quando não traduzem interesses alienados expressos em linguagem orientada” (GAZETA DE SERGIPE, 09/10/68). Todavia, percebemos também que o periódico, vez ou outra, tenta desestruturar o movimento afirmando que estes estariam sendo influenciados por grupos de “subversivos”.

Como justificativa para o uso da violência contra as manifestações de oposição, o regime usava a imprensa para fazer apelo aos pais para que não permitissem que seus filhos participassem das manifestações organizadas contra a ditadura. Segundo o jornal, esses atos eram organizados por “agitadores” e “desordeiros” que colocavam em “perigo a vida do povo nas ruas”. A ideia era desqualificar os movimentos de oposição apresentando-os da forma mais negativa possível e fazer a população acreditar que as medidas repressivas visavam proteger a sociedade contra “perigo de uma minoria” (GAZETA DE SERGIPE, 1970).

Sobre as resistências das organizações de esquerda, encontramos uma série de adjetivos que os enquadravam como “subversivos”, “comunistas”, “terroristas”, “nocivos à segurança do país” e “inimigos da pátria”. Nas notícias de confrontos com a polícia, os grupos envolvidos na “subversão”, assim considerados, eram os primeiros a atirarem na polícia, “eram fugitivos armados”, “ladrões”, “assaltantes” (GAZETA DE SERGIPE, 1968 a 1970).

Em matéria publicada no dia 29/05/69, resultando na prisão do líder estudantil Marcos Antônio e do teatrólogo Fausto Machado Freire, a *Gazeta de Sergipe* informava que os envolvidos em “subversão”, depois de um longo tiroteio com a polícia, assaltaram o negociante Cesário Roubim e roubaram dois carros durante a perseguição. Segundo o jornal, não resta a menor dúvida de que os fugitivos “integram uma quadrilha de assaltantes de bancos” (GAZETA DE

SERGIPE, 29/05/69).

Figura 3 - Prisão de Marcos Antônio Azevedo e Fausto Machado Freire envolvidos em “subversão” (1969)



Fonte: Gazeta de Sergipe, 29/05/69, p.01.

O periódico fazia campanha e travava uma verdadeira “guerra ideológica” contra o que denominava de “terrorismo”. Inúmeras chamativas eram publicadas convocando a população sergipana a se unir para o “combate desse mal”. Outra forma de discurso consistia associar as ações desses grupos como causadoras de mazelas sociais. Podemos perceber na fala do governador de São Paulo, Hilário Torloni, que pede a atenção do povo “[...] para com os agitadores, para com os exploradores das angústias do povo eles querem agravar os problemas destruir a economia e semear o ódio” (GAZETA DE SERGIPE, 13/06/69).

Diante dos fatos abordados, conclui-se que existia todo um aparato de propaganda para demonizar a oposição e convencer a população de que eram pessoas perigosas e que por isso necessitavam de medidas repressivas. Em fala do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, sobre denúncias de tortura no país, este declara: “[...] ninguém, no Brasil, é preso por ter pensamento diferente do governo. No Brasil, não existem presos políticos e sim: terroristas detidos” (GAZETA DE SERGIPE, 02/08/70).

Para os agentes da ditadura, “quando a tortura não era negada, era justificada para salvar inocentes da contaminação das ideias ou das práticas letais terroristas. A tortura era um mal necessário para a produção de um bem coletivo: a segurança da sociedade” (CNV, 2014, p. 323). Essas declarações eram usadas para justificar as torturas e os assassinatos aos opositores, negadas pelos agentes do estado ou encobertas com versões falsas, quase sempre reproduzidas pela imprensa, de “atropelamentos”, “suicídios” ou “morte em tiroteio”.

4 Em nome do “desenvolvimento” econômico

Entre os anos de 1969 e 1973, o Brasil vivenciou o chamado “milagre econômico”. Nesse período o país passou por um ritmo acelerado na sua economia, apresentando crescimento do PIB e expansão das suas indústrias. O “milagre econômico” baseava-se numa política fiscal de incentivos e isenções, que favorecia a entrada maciça de capitais estrangeiros, seja na forma de investimentos ou de empréstimos. As medidas adotadas pelas autoridades militares resultaram na concentração de capitais em alguns setores da população, como o crescimento localizado em determinadas áreas do país, além de serem causadoras da dívida externa (HABERT, 2001, p. 13).

Durante o “milagre”, os grandes empresários e classe média urbana foram os únicos beneficiados com os efeitos da economia, principalmente a classe média que pôde ter acesso a inúmeros bens por meio dos financiamentos anunciados diariamente. Para a maioria dos trabalhadores brasileiros, a vida era diferente, pois recebiam menos de um salário mínimo. Segundo Peres (2014, p. 67), “[...] o suposto ‘milagre’ servia de pano de fundo para a camuflagem de uma série de medidas que deterioraram a vida da população em geral: arrocho salarial, jornadas de trabalho mais longas, controle do ambiente sindical”. Além do arrocho salarial, os trabalhadores sofreram várias retiradas de direitos trabalhistas, como: estabilidade no emprego, proibição total das greves e de manifestações e o controle sobre os sindicatos, aumentando na classe trabalhadora a insegurança e a exploração. Outros problemas sociais eram corriqueiros no “milagre brasileiro”: a subnutrição, mortalidade infantil, acidentes de trabalho e o êxodo urbano e rural.

Dito isso, as propagandas realizadas nos meios de comunicação nesse período tinham como objetivo divulgar uma imagem positiva do Brasil, destacando o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país e os grandes feitos dos militares como as construções de pontes, estradas, rodovias, estádios de futebol. Além de projetar para a população brasileira mensagens otimistas, mostrando o país como um lugar ótimo de viver, ou exaltando a imagem do povo brasileiro. De acordo com Abreu (2002):

Era importante para o governo que a imprensa divulgasse as conquistas e avanços de sua política econômica, já que o desempenho da economia era uma fonte de legitimação política para um regime instalado e mantido pela força. As editoriais de economia dos jornais e revistas rapidamente conquistaram grande espaço e prestígio, e foi no seu interior que foram introduzidas inovações que em seguida se estenderam a toda a redação. (ABREU, 2002, p. 10).

No jornal *Gazeta de Sergipe* eram constantemente divulgadas “as grandes realizações do regime militar”, a exemplo dos avanços da indústria automobilística, os índices econômicos da indústria do país, o desenvolvimento no Nordeste e os investimentos em saúde e educação. Além de reportar as notícias do denominado desenvolvimento econômico nacional, a *Gazeta de Sergipe* também noticiava o “milagre econômico” em terras sergipanas. Assim, exaltava as descobertas de novos poços de petróleo e de minérios, principalmente no município de Carmópolis. De acordo com as publicações do periódico, as descobertas petrolíferas possibilitariam ao estado o crescimento do seu parque industrial e a criação de empregos.

Na matéria intitulada “Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe”, o presidente da Federação das Indústrias de Sergipe, o Sr. Eziel Mendonça, afirma que “[...] todos os sergipanos estão contentes, pois compreendem que ninguém poderá parar o desenvolvimento do Estado” (GAZETA DE SERGIPE, 19/02/1971). Publicações do tipo contribuía para incutir uma

avaliação positiva do regime, fazendo com que as mazelas fossem colocadas em segundo plano em nome do propalado “progresso econômico”.

Figura 4 - Matéria intitulada “Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe”, publicada no jornal Gazeta de Sergipe (1971)

POVO ACOMPANHA O SURTO DO PETROLEO EM SERGIPE

Garrotearam de tal forma o desenvolvimento de Sergipe que ele sua petróleo por todos os seus poros, esta afirmação foi feita pelo coronel Benedito Cordeiro Montenegro, Administrador do Porto de Aracaju, acrescentando que o Porto de Aracaju recebe da Petrobrás em pagamento pela exploração de petróleo. Se vai haver um aumento da exportação de petróleo o Porto de Aracaju receberá maiores quantidades de recursos.

INDUSTRIA E COMÉRCIO
O Presidente da Federação das Indústrias de Sergipe, sr. Ezél Mendonça afirmou que é uma

alegria para todos sergipanos, a descoberta de mais petróleo em nosso Estado. Todos sergipanos estão contentes pois compreendem que ninguém poderá parar o desenvolvimento do Estado. Com o aumento das atividades da principal indústria brasileira petrolífera, só quem terá a lucrar é Sergipe. Os industriais sergipanos, que sempre estiveram preocupados com os problemas do Estado, estão de mãos dadas com a Petrobrás.

Também o Presidente da Associação Comercial do Estado está contente, porque o aumento dos trabalhos da Petrobrás é inevitável com a descoberta do campo de Caoba e Brejo Grande, só poderá trazer maior nível de investimento. A notícia foi alvissareira pois caiu em um momento muito propício, quando se falava na queda da produção de petróleo em Sergipe. De agora em diante.

De agora em diante não mais a Petrobrás poderá pensar em mudar a Superintendência da Petrobrás de Sergipe, foi o que disse o sr. Airton Valença Presidente da Associação Comercial de Sergipe.

ESTIVADORES
A notícia da descoberta de petróleo no mar e terra foi recebida com mais entusiasmo pelos estivadores. Eles já estão sem emprego há mais de 5 anos e agora vislumbram a oportunidade de voltarem a trabalhar. José Antônio, um dos estivadores, afirmou que todo sindicalista vive com os olhos voltados para a Petrobrás.

JOSÉ MARQUES
Mas a que veste preto e que é o responsável pelo principal Centro de Aracaju, o São Benedito também acompanha os fatos que estão acontecendo na área da Petrobrás em Sergipe. O coronel afirma que com a descoberta de petróleo virá mais gente morando em Sergipe e isto é muito bom.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 19/02/1971, p. 01.

Também é perceptível um esforço do jornal em divulgar uma imagem positiva do presidente Médici, associada ao desenvolvimento e à segurança econômica do Brasil. Em várias editoriais, o presidente é comparado a Getúlio Vargas, tanto em nível da popularidade quanto das reformas econômicas e sociais. Ele é mostrado como o “gaúcho de simpatia popular”, “gaúcho tranquilo” e que “desfruta de prestígio enorme entre todas as camadas sociais brasileiras” (GAZETA DE SERGIPE, 01/11/72).

A imagem do presidente Médici também era apresentada como “líder do povo”, principalmente entre as classes operárias brasileiras, como um “grande estadista”, um “homem de confiança” e “homem que tem um imenso amor ao Brasil”. Em editorial publicado em 12/10/69, o jornal afirmava que: “Surge, agora, um líder nacional pronunciando coisas simples, mais tradutora das aspirações do povo brasileiro, de progresso econômico, bem-estar social, liberdade democrática e justiça social. As suas palavras inspiram confiança, induzem colaboração e tranquilizadoras arrastaram essa geração de jovens brasileiros a novas tomadas de posição. A sorte está lançada. Mãos à obra, povo brasileiro” (GAZETA DE SERGIPE, 12/10/1969, p. 03).

Desta maneira, foi criado um “mito” em torno da imagem de Médici como o “conciliador” das diversas classes sociais e por isso deveria ser amado pela juventude brasileira. Podemos citar como exemplo desta afirmação a matéria publicada no dia 19/05/71, que consistia no resultado de uma pesquisa realizada entre 1.400 alunos do Colégio Estadual Professor Ernani Cardoso, em Bangu, com idade entre 14 e 20 anos, o presidente Médici foi apontado como o vulto mais importante da vida brasileira com 41,6%, seguido de Pelé com 10,4% e Getúlio Vargas com 4,9%.

Identificamos ainda várias matérias direcionadas ao operário brasileiro, exaltando o valor do trabalho para a “construção do Brasil”, ou como forma de “dignificar o homem”, além

da exaltação do patriotismo e do civismo (GAZETA DE SERGIPE, 1970 e 1971). Portanto, os discursos divulgados durante o período do denominado “milagre econômico”, pela *Gazeta de Sergipe*, visavam tornar o regime aceitável e evitar todo tipo de contestação em nome do propalado “progresso”, “otimismo” e “amor à Pátria”.

5 Considerações finais

A pesquisa conseguiu atingir os objetivos propostos, na medida em que discutiu em diferentes perspectivas das questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História. Por meio dela, observamos a posição do jornal em relação à Ditadura Civil-Militar, constatando-se que suas publicações contribuíram para apoiá-la e legitimá-la influenciando, neste sentido, a população sergipana.

Pudemos identificar, na *Gazeta de Sergipe*, diversas matérias publicadas em favor do regime militar, assim como várias estratégias para justificar os atos institucionais desse período, a exemplo do AI-5. Desta maneira, o jornal contribuía para validar as ações desse ato para a sociedade sergipana, buscando a sua aceitação com a intenção de evitar manifestações contrárias. As publicações do periódico auxiliavam a “demonizar” os movimentos de resistência ao regime, desqualificando as manifestações de oposição da forma mais negativa possível, contribuindo para justificar para a sociedade sergipana as medidas repressivas aplicadas pelos militares. Entendemos, ainda, que as propagandas realizadas na *Gazeta de Sergipe* tinham como objetivo divulgar uma imagem positiva do Brasil, destacando o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país e os grandes feitos dos militares, visando evitar qualquer tipo de contestação, propagando o ideário de “progresso”, “otimismo” e “amor à pátria”.

O trabalho também contribuiu para ampliar o debate sobre a Ditadura Civil-Militar na sala de aula, sendo esta temática uma demanda do nosso presente, já que observamos discursos autoritários presentes nas mídias sociais divulgando uma visão idealizada de que no “tempo da ditadura era melhor”. A pesquisa também contribuiu para que os alunos entendam que a ditadura foi um período de grandes violações aos valores democráticos, possibilitando resgatar a memória da repressão em uma sociedade marcada pelo esquecimento.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. *A Modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula. *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* / Ministério da Educação. Brasília, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 06 jan. de 2019.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* / Ministério da Educação. Brasília, 2019. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 06 jan. de 2019.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia* / Ministério da Educação. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 09 set. de 2018.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório* / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 02 fev. de 2020.

CHIOZZINI, Daniel; MESQUITA, Ilka; TUMA, Magda. *Potencialidades da história oral e da memória para o diálogo com professores e professoras em suas singularidades*. In:

ZAMBONI, Ernesta (Org.). *Digressões sobre o ensino de história: memória, história oral e razão histórica*. Itajaí: Maria do Cais, 2007, p. 103-145.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. *A ditadura civil-militar em sala de aula: Desafios e compromissos com o resgate da História Recente e da memória*. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: Est: Exclamação: ANPHU/RS, 2010.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2012.

HABERT, Nadine. *A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática (Série Princípios), 2001.

PERES, Marcus Vinicius Monteiro. Por que ensinar a ditadura civil-militar? A formação de um sujeito por meio da democracia. *Encontros*. Ano 12. n. 22, 1º semestre de 2014, p. 61-79.

QUINAN, Licia. *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, Marcos. *Aprender a ditadura brasileira de 1964 a 1985 (ensino de história depois da casa da morte)*. In: GUIMARÃES, Selva. (Org.). *Ensino de história e cidadania*. Campinas: Papirus, 2018.

SILVA, Marcos. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). *Antíteses*, v. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, p. 23-36.